

**RODRIGO RIBEIRO PEREIRA**

Advogado, com especialização em Processo Civil pela Universidade  
Federal de Uberlândia, Postgrado em Derechos y Garantias  
Fundamentales - Faculdade de Direito Castilla La Mancha - Espanha  
Mestre em Direito Público pela PUC/MG

# **IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**ANULAÇÃO E CONVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO  
E DOS PROCESSOS DECISÓRIOS E SEUS EFEITOS**



Belo Horizonte  
2018

**CONSELHO EDITORIAL**

Álvaro Ricardo de Souza Cruz	Jorge Bacelar Gouveia - Portugal
André Cordeiro Leal	Jorge M. Lasmar
André Lipp Pinto Basto Lupi	Jose Antonio Moreno Molina - Espanha
Antônio Márcio da Cunha Guimarães	José Luiz Quadros de Magalhães
Bernardo G. B. Nogueira	Kiwonghi Bizawu
Carlos Augusto Canedo G. da Silva	Leandro Eustáquio de Matos Monteiro
Carlos Bruno Ferreira da Silva	Luciano Stoller de Faria
Carlos Henrique Soares	Luiz Henrique Sormani Barbugiani
Claudia Rosane Roesler	Luiz Manoel Gomes Júnior
Clêmerson Merlin Clève	Luiz Moreira
David França Ribeiro de Carvalho	Márcio Luís de Oliveira
Dhenis Cruz Madeira	Maria de Fátima Freire Sá
Dircêo Torrecillas Ramos	Mário Lúcio Quintão Soares
Emerson Garcia	Martonio Mont'Alverne Barreto Lima
Felipe Chiarello de Souza Pinto	Nelson Rosenvald
Florisbal de Souza Del'Olmo	Renato Caram
Frederico Barbosa Gomes	Roberto Correia da Silva Gomes Caldas
Gilberto Bercovici	Rodolfo Viana Pereira
Gregório Assagra de Almeida	Rodrigo Almeida Magalhães
Gustavo Corgosinho	Rogério Filippetto de Oliveira
Gustavo Silveira Siqueira	Rubens Beçak
Jamile Bergamaschine Mata Diz	Vladmir Oliveira da Silveira
Janaína Rigo Santin	Wagner Menezes
Jean Carlos Fernandes	William Eduardo Freire

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos reprográficos, sem autorização expressa da editora.

Impresso no Brasil | Printed in Brazil

Arraes Editores Ltda., 2018.

**Coordenação Editorial:** Fabiana Carvalho  
**Produção Editorial e Capa:** Danilo Jorge da Silva  
**Revisão:** Fabiana Carvalho

341.5517 Pereira, Rodrigo Ribeiro.  
 P436i Improbidade administrativa e administração pública: anulação  
 2018 e convalidação do ato administrativo e dos processos decisórios  
 e seus efeitos. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2018.  
 125 p.

ISBN: 978-85-8238-437-4  
 ISBN: 978-85-8238-438-1 (E-book)

1. Administração pública. 2. Improbidade administrativa. 3. Ato administrativo. 4. Administração pública – Processos decisórios. 5. Administração pública – Infrações. I. Título.

CDD(23.ed.)–345.8102323  
 CDDir – 341.5517

Elaborada por: Fátima Falci  
 CRB/6-700

1135 817

**MATRIZ**

Av. Nossa Senhora do Carmo, 1650/loja 29 - Bairro Sion  
 Belo Horizonte/MG - CEP 30330-000  
 Tel: (31) 3031-2330

**FILIAL**

Rua Senador Feijó, 154/cj 64 - Bairro Sé  
 São Paulo/SP - CEP 01006-000  
 Tel: (11) 3105-6370

**www.arraeseditores.com.br**  
**arraes@arraeseditores.com.br**

Belo Horizonte  
 2018

## SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	
INTRODUÇÃO .....	1
CAPÍTULO 2	
A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA .....	7
2.1. A improbidade administrativa como consequência do modelo político: aspectos econômicos, históricos e culturais .....	9
CAPÍTULO 3	
O PODER PÚBLICO E OS ATOS ADMINISTRATIVOS .....	20
3.1. O ato administrativo e a teoria das nulidades .....	20
3.2. Atos administrativos convalidáveis ou não convalidáveis .....	25
3.3. Do dever de convalidar atos administrativos convalidáveis .....	31
CAPÍTULO 4	
A ANULAÇÃO E CONVALIDAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO E DOS PROCESSOS DECISÓRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	36
4.1. A anulação e a convalidação no direito brasileiro.....	39
4.2. A Súmula 473 do STF .....	44
CAPÍTULO 5	
DA CONFIGURAÇÃO DA CONDUTA ÍMPROBA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	48
5.1. O dolo e a culpa como requisito essencial da atuação ímproba .....	53

5.2. O dolo sob a perspectiva dos Tribunais Superiores no Brasil .....	61
5.3. A atuação culposa e seus reflexos na configuração da improbidade administrativa: o art. 10 da LIA.....	65
5.4. A tomada de decisões de alta complexidade técnica e jurídica .....	70
5.5. O problema da violação de princípios enquanto tipos sancionadores da improbidade administrativa.....	76
CAPÍTULO 6	
O PROCESSO DE REVISÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA .....	
6.1. Processo administrativo.....	80
6.2. Inquérito civil e criminal.....	87
6.3. Ação civil pública.....	88
6.4. Ação popular .....	89
CAPÍTULO 7	
OS EFEITOS DA REVISÃO DA ATIVIDADE ADMINISTRATIVA SOBRE A CONFIGURAÇÃO DA IMPROBIDADE .....	
7.1. A interpretação judicial dos atos posteriores ao cometimento da improbidade: a restauração da legalidade como forma de afastar a imputação por ato de improbidade.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	106
REFERÊNCIAS .....	108